

Ao

Jornal *Correio Popular* – Campinas São Paulo

Respostas de Moacir Gadotti às perguntas de Nice Bulhões, repórter de Educação.

São Paulo, 20 de março de 2006.

1. **MOACIR GADOTTI**, 64 anos, diretor do Instituto Paulo Freire e Professor Titular da Universidade de São Paulo. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra e Livre Docente pela UNICAMP. Foi Chefe de Gabinete do Secretário de Educação Paulo Freire no Município de São Paulo, na gestão de Luíza Erundina (1989-1992). É filiado ao Partido dos Trabalhadores.

2. *Correio Popular* - Com as eleições presidenciais deste ano, a educação volta a receber atenção redobrada dos políticos. Diante disto, gostaria de saber de que forma um governo pode garantir a continuidade da educação como política de Estado? É preciso haver um bom financiamento na educação?

Moacir Gadotti - Um dos mais graves problemas das políticas educacionais é a sua descontinuidade. Uma política de Estado, continuada e permanente, precisa ser, ao mesmo tempo, uma política de igualdade e uma política de equidade. A igualdade, garantindo o acesso a todos os que desejam estudar ao longo de toda a sua vida e a equidade, para corrigir injustiças históricas em relação aos negros, indígenas, quilombolas, habitantes do campo, portadores de necessidades especiais etc. Não basta incluir. É preciso incluir com qualidade. E garantir a continuidade. Para isso, continuo acreditando que o melhor caminho é criar canais de participação, acompanhamento, avaliação, co-responsabilização em parcerias entre Estado, sociedade civil, movimentos sociais e populares. Isso requer também qualificação da participação desses atores para um diálogo mais fecundo entre o Estado e a população. O financiamento da educação tem sido um grande entrave para a democratização do ensino no Brasil. Muitos querem estudar, mas não têm como pagar seus estudos, principalmente no Ensino Superior. O Brasil tem um grande débito em relação à educação. Temos um enorme atraso, inclusive, em relação a outros países da América Latina.

3. *Correio Popular* - Qual a análise que fazem da história da política educacional no País, que não tem tradição de dar seqüência às ações implementadas com a troca de governos? Vocês acham que a educação tem evoluído no Brasil?

Moacir Gadotti – Os governos têm aprendido algumas lições. Já estão mais presentes nos discursos de campanhas eleitorais os compromissos dos candidatos em dar continuidade a iniciativas aprovadas pela população (bilhete único, orçamento participativo etc.). No campo da educação, a continuidade começa se mostrar presente. Por exemplo: com nomes variados – Escola Aberta, Recreio nas Férias, Escola da Família – a proposta de abrir a escola à comunidade vem sendo cada vez mais adotada. Diga-se o mesmo em relação à continuidade no campo da avaliação do desempenho dos alunos e das universidades. Mas há muito a ser feito. Estamos vencendo nosso atraso educacional num ritmo muito lento. Nesse compasso, levaremos muito tempo para democratizar o ensino com qualidade no Brasil. Embora possamos destacar diferentes opções em suas respectivas políticas educacionais, nenhum governo, até agora, concentrou seus recursos na solução desse problema, como fizeram certos países que tiveram um desenvolvimento rápido promovido por investimentos massivos na educação, como a Coreia, a Espanha, a Malásia e hoje, a China. Por isso, nossa educação tem evoluído muito lentamente.

4. *Correio Popular* - *O que governo Lula aproveitou do governo de Fernando Henrique Cardoso? E qual a avaliação que fazem dos oito anos de FHC?*

Moacir Gadotti - Lula aproveitou de FHC, no campo da educação, o aparato legal, institucional, mas não o projeto educacional. Uma herança positiva de FHC foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a iniciativa dos Parâmetros Curriculares – que estão em discussão – e o Sistema de Avaliação do Ensino Básico. O Plano Nacional de Educação fez um bom diagnóstico, apontou diretrizes e metas, mas seu cumprimento foi inviabilizado pelos vetos de FHC. O FUNDEF foi uma boa iniciativa que agora está sendo estendida não apenas para o ensino fundamental, mas para toda a Educação Básica. O governo de FHC descuidou do Ensino Superior, do Ensino Médio e da Educação Infantil e tratou superficialmente da Educação de Jovens e de Adultos, entregando a responsabilidade da alfabetização de adultos ao terceiro setor, sem interlocução com os sistemas de ensino.

5. *Correio Popular* - *O que o governo Lula fez de positivo e negativo para a educação brasileira?*

Moacir Gadotti - O governo Lula está implantando uma nova proposta educacional. Está combatendo decididamente o analfabetismo e, na gestão de Tarso Genro e de Fernando Haddad, empreendeu-se uma Reforma Universitária com ações afirmativas visando à corrigir distorções em relação à população de jovens historicamente excluída. Está em curso uma grande expansão de vagas no Ensino Superior público estendendo as Universidades Federais para regiões onde dificilmente a população teria como frequentar cursos superiores. Estão sendo criadas dez novas universidades e 40 campi em todas as regiões do país. A mesma expansão está ocorrendo no Ensino Profissionalizante. O FUNDEB, com aporte considerável de novos recursos para a educação, é uma grande promessa para a educação brasileira. Há, porém, uma distorção ainda não corrigida: no Brasil, apenas 14 em cada 100 crianças de 0 a 3 anos têm acesso à Educação Infantil, prejudicando as mães mais pobres que necessitam de emprego.

6. *Correio Popular* - *Como vocês avaliam os investimentos do atual governo na educação de base?*

Moacir Gadotti - Todos sabemos que os recursos para a Educação Básica sempre foram insuficientes. O pior é quando os poucos recursos são mal administrados. Isso tem a ver também com a forma como funciona o sistema educacional brasileiro que não trabalha, na prática, em “regime de colaboração” como prevê a Constituição de 88. Há ainda muito desperdício de recursos em função da desarticulação dos sistemas de ensino e da descontinuidade administrativa. A criação do FUNDEB, pelo atual governo, caminha na direção de uma melhor racionalidade dos recursos.

7. *Correio Popular* - *Qual a avaliação que você fazem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)? Pela experiência de vocês, o FUNDEB realmente vai entrar em vigor em 2007 e em que ajudará o País?*

Moacir Gadotti - Considero o FUNDEB um grande avanço, uma nova chance para a Educação Básica. Ele inclui a Educação de Jovens e de Adultos, como modalidade da Educação Básica, omitida no FUNDEF. O projeto foi para o Congresso depois de ampla discussão com todos os setores envolvidos e responsáveis pela Educação Básica. O governo Lula é um governo que está dialogando mais do que o governo FHC com os movimentos sociais e as organizações da Sociedade Civil. O resultado está aí: foi evitada a lógica de foco, de prioridade, de se atender apenas a uma

modalidade de ensino, política adotada pelo governo FHC. Ao contrário, procurou-se superar as distorções da política educacional a partir de uma visão mais sistêmica do ensino. Devemos observar ainda que no governo FHC, a União contribui apenas simbolicamente com seus recursos para o FUNDEF. No projeto do FUNDEB enviado pelo governo Lula ao Congresso, o Governo Federal está entrando com mais de 4 bilhões de reais, sem onerar tanto Estados e Municípios como no FUNDEF.

8. *Correio Popular* - *Qual a opinião de vocês sobre o Ensino Fundamental de 9 anos, já que os pais foram obrigados a matricular seus filhos com 6 anos na escola a partir deste ano? O problema é que sem a regulamentação de uma das legislações há escolas que aceitam crianças de 6 no Fundamental e outras que não.*

Moacir Gadotti - Estender a obrigatoriedade e a gratuidade do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos é uma boa conquista, desde que não se roube da criança nenhum ano de sua infância. As crianças agora podem iniciar essa etapa da sua formação com 6 anos de idade. Contudo, ela não pode ser feita de forma puramente burocrática, sem debate público, considerando a última série da “pré-escola” como a primeira do Ensino Fundamental. Isso não muda essencialmente nada. O Ensino Fundamental precisa ter efetivamente 9 anos, em todo o país, iniciando-o após uma boa formação na Educação Infantil. E não se trata de “acelerar” a formação e “ganhar mais um ano”, como se estivéssemos numa Fórmula 1 do Ensino. Trata-se de ganhar em qualidade e não apenas em quantidade, inserindo essa medida num planejamento mais amplo de ensino.

9. *Correio Popular* - *O Ensino Médio terá condições de abrigar as crianças que saírem do Ensino Fundamental nos próximos anos?*

Moacir Gadotti - O Governo Federal deu uma grande contribuição nesses últimos anos, ampliando o acesso ao ensino técnico profissionalizante e integrando-o ao Ensino Médio. A expansão do Ensino Fundamental vem obrigando os Estados a investir mais no Ensino Médio. Mas isso precisa de pressão da sociedade. Gosto da idéia do Senador Cristovam Buarque de “federalizar” a Educação Básica. Seria uma forma de garantir o “regime de colaboração” sem verticalismos e sem prejudicar a autonomia dos sistemas de ensino. Autonomia não significa abandono. A autonomia na educação tem que ser em rede. Os Estados precisam ampliar seus investimentos no Ensino Médio. É sua responsabilidade constitucional. Mas não se pode fazer isso isoladamente. A UNDIME e o CONSED precisam ter um papel mais efetivo na consolidação de um verdadeiro “sistema” (estruturas articuladas) nacional de educação.

10. *Correio Popular* - *Qual a análise que fazem da progressão continuada adotada pela rede estadual de São Paulo? Muitos pais dizem que os filhos vão para a escola, mas não aprendem.*

Moacir Gadotti – É preciso diferenciar decretos que procuram ampliar os números oficiais de aprovação de alunos, de propostas de ciclos e progressão continuada que exigem fundamentação teórico-prática e criação das condições concretas de exequibilidade. Sou a favor da progressão continuada e dos chamados “ciclos” escolares e de vida. A progressão continuada exige uma mudança nos currículos, no sistema de avaliação, na formação do professor, dos alunos e das famílias, exigências que não são levadas em conta na implantação dos ciclos. Fazer a progressão continuada como está fazendo o Estado de São Paulo, sem um projeto amplo de mudança de mentalidades, sem uma concepção geral da educação, coloca em risco a qualidade da educação. É o que está acontecendo em São Paulo. E os pais sabem muito bem disso. Paulo Freire introduziu os ciclos no Município de São Paulo quando

ele foi Secretário da Educação, na gestão de Luíza Erundina, com outro espírito, com muito diálogo e com uma concepção democrática da educação. A progressão continuada deveria ser uma opção de cada escola, autonomamente, como parte do seu projeto político-pedagógico. Precisamos confiar mais na escola. A escola ainda não descobriu o seu potencial mobilizador de mudanças porque sempre ficou atrelada a uma política de mando e subordinação das políticas educacionais.

11. *Correio Popular* - *Vocês são favoráveis ou contra o sistema de cotas para negros e estudantes de escolas públicas nas universidades, em especial às federais? Muitos são contra o sistema de cotas ou as ações afirmativas por considerarem que isto não resolve o problema. Para estas pessoas o governo deveria priorizar a melhoria na qualidade do ensino básico, dando condições de igualdade na disputa com alunos das escolas particulares. Vocês concordam com esta visão?*

Moacir Gadotti - As ações afirmativas, chamadas pejorativamente de “cotas”, são necessárias. Considero-as como a correção de uma injustiça histórica que não foi criada pela educação, mas pela própria desigualdade social. É uma política adotada pelo atual governo com sucesso. Sou plenamente favorável a ela, mas pode ser aperfeiçoada com a experiência. Uma medida concreta seria um melhor acompanhamento dos alunos desses programas, verificando o seu desempenho escolar, que depende não só do acesso, mas das condições concretas de vida, da compra de material e da disponibilidade de tempo para estudar.

12. *Correio Popular* - *Qual a opinião de vocês a respeito do programa Universidade Para Todos (ProUni)?*

Moacir Gadotti - A diferença básica entre o governo FHC e o governo Lula está na visão social da educação. Na era FHC trabalhou-se com o foco do Ensino Fundamental, centrado na política de igualdade, como se todos fossem realmente iguais. É sabido que tratar igualmente os desiguais é injusto. Não basta ter uma política de “igualdade de condições” numa sociedade desigual. O Governo Lula reconheceu que o povo brasileiro é desigual e adotou uma política de equidade. Trata-se de facilitar o acesso à educação aos mais excluídos. O ProUni tem se constituído numa nova oportunidade a alunos e alunas em condições de desigualdade social. Ofertou mais de 200 mil bolsas de estudos a jovens de baixa renda a um custo muito baixo para os cofres públicos.

13. *Correio Popular* – *E a Reforma Universitária, vocês acham que, realmente, será feita uma reforma nas universidades brasileiras?*

Moacir Gadotti - A Reforma Universitária não é só uma questão legal. É uma questão de mudança de mentalidades. Nosso ensino superior tem sido elitista, reforçando as desigualdades sociais. Uma Reforma Universitária impõe-se como uma questão de justiça e ela pode ser feita aos poucos. O Congresso Nacional, contudo, poderia dispensar mais tempo para a discussão da Reforma Universitária e menos tempo para a espetacularização eleitoral da política e dos políticos como está fazendo nas CPIs “do fim do mundo” e do mundo sem fim da disputa política e de fofocas que aparecem diariamente nos jornais em detrimento das grandes questões nacionais que ele deveria estar tratando.

14. *Correio Popular* – *Muitos criticam, como a União Nacional do Estudantes (UNE), a explosão das faculdades particulares no País. Para vocês o que está acontecendo? Falta controle do governo?*

Moacir Gadotti - O ensino privado no Brasil expandiu-se desordenadamente. Como uma concessão do Governo Federal deveria ser mais regulamentado, supervisionado, sem ser, contudo, tutelado. Mas não é isso que muitas instituições de ensino superior privado querem. Muitas delas querem tratar a educação como um negócio e não como um direito e preferem uma desregulamentação neoliberal, mercantilizando a educação, como propõe a Organização Mundial do Comércio. Como bem social a educação não pode ser considerada uma mercadoria. Se o governo FHC tivesse investido mais no Ensino Superior Público, essa expansão teria sido menor.

15. **Correio Popular** – *Como vocês avaliam a qualidade do ensino e a qualificação dos professores?*

Moacir Gadotti - Qualidade do ensino é resultado de múltiplas pré-condições. Qualidade é um conceito político. O desempenho escolar de nossas crianças e jovens depende tanto do seu nível de renda quanto da formação do professor. Parcelas crescentes de filhos de pais semi-analfabetos foram incluídas na Educação Básica. Com pouca escolarização os pais não conseguem acompanhar a vida escolar de seus filhos. Por isso a Educação de Jovens e de Adultos é imprescindível. O baixo desempenho médio de nossos alunos está ligado também à qualificação dos professores. Eles precisam de tempo para a sua formação continuada em serviço, não para aprenderem receitas, mas para conhecerem melhor como o cérebro aprende, como ajudar realmente os alunos mais pobres, como pesquisar, como despertar o desejo de aprender. A melhoria da qualidade do ensino depende de um projeto de longo prazo, envolvendo tanto a família quanto a escola e a formação dos professores.

16. **Correio Popular** – *Para vocês, quais as perspectivas para o futuro da educação no País?*

Moacir Gadotti - Creio que o projeto atual de privilegiar os não privilegiados deve continuar sendo aprofundado, corrigindo as distorções pela base. O governo Lula tem dado uma demonstração de coragem enfrentando o corporativismo e o basismo, orientando-se pelo sonho de uma sociedade de iguais, respeitando as diversidades. Além do Ministério da Educação outros Ministérios estão preocupados com a educação. Os “Pontos de Cultura” do MINC fazem educação de jovens; o Ministério do Desenvolvimento Social promove a educação cidadã através de uma rede do “Fome Zero”; o Ministério das Comunicações realiza Inclusão Digital. Destaco ainda o Pró-Jovem, um programa de formação da Presidência da República. Esse é o entendimento moderno da Educação Básica que não se limita ao sistema formal. A grande novidade deste início de século é o aparecimento da educação não-formal e continuada ao longo de toda a vida. O Governo Lula está correto orientando-se por essa perspectiva da educação característica do século XXI. Governos e sociedade, políticos e eleitores, precisam saber que a finalidade da Educação é a produção da liberdade, a criação do destino de cada um, de cada uma. Ela não é uma questão puramente eleitoral ou partidária. Todos devemos cuidar da educação, independentemente de partido político, de ideologia. Podemos ter nossas diferenças político-partidárias, mas a causa da educação está acima dessas diferenças. Não cuidar da educação é não cuidar da nação, do destino da sociedade, da liberdade e do destino de cada um, de cada uma.